



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**MIGRAÇÃO ESPONTÂNEA DE TRABALHADORES NO SETOR
SUCROALCOOLEIRO.**

**MÁRCIA AZANHA DIAS FERRAZ DE MORAES; MARGARIDA GARCIA DE
FIGUEIREDO; FABÍOLA CRISTINA RIBEIRO DE OLIVEIRA; EURO
ROBERTO DETOMINI;**

ESALQ/USP

PIRACICABA - SP - BRASIL

FBCOLIVEIRA@HOTMAIL.COM

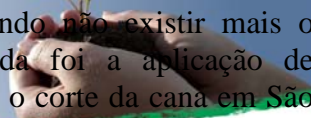
APRESENTAÇÃO ORAL

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

MIGRAÇÃO ESPONTÂNEA DE TRABALHADORES NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Resumo

Com a reestruturação e modernização do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro no Estado de São Paulo, milhares de trabalhadores rurais oriundos das regiões mais pobres do Brasil passaram a migrar todos os anos para São Paulo. Estes migrantes vêm para trabalhar no corte manual da cana-de-açúcar e, enxergam nesta atividade uma forma de melhorar as condições de vida, a partir do dinheiro ganho durante a safra. Porém, devido principalmente às questões ambientais, a queima da cana-de-açúcar ficará proibida por lei num futuro próximo. Desta forma, em virtude da proibição da queima da cana-de-açúcar e conseqüente aumento da mecanização na colheita, grande parte desta mão-de-obra estará sem o emprego no corte da cana-de-açúcar. O presente estudo, então, teve como objetivo central analisar o caso dos trabalhadores migrantes espontâneos no Estado de São Paulo, ou seja, daqueles que vêm por conta própria para a colheita da cana-de-açúcar. Procurou-se aqui tentar entender quais são os principais motivos que os levam a migrar para São Paulo todos os anos, bem como quais são as expectativas futuras destas pessoas para quando a colheita da



cana-de-açúcar estiver 100% mecanizada, ou seja, para quando não existir mais o emprego no corte manual de cana. A metodologia adotada foi a aplicação de questionários em diversos trabalhadores rurais que vieram para o corte da cana em São Paulo. Além disso, escolheu-se tanto uma cidade dormitório quanto uma cidade de origem destas pessoas, para a realização de diversas visitas, onde pessoas chave foram entrevistadas, com intuito de levantar todas as informações referentes aos impactos sócio-econômicos deste fluxo migratório para as duas cidades. A cidade dormitório escolhida foi o município de Leme (SP), e a cidade de origem foi Pedra Branca (CE). A partir dos resultados do estudo foi possível perceber que de fato o fim do corte manual de cana em São Paulo vai causar diversos impactos, tanto positivos quanto negativos, nestes dois municípios.

Palavras-chave: Migração espontânea, corte de cana, mecanização, impactos sócio-econômicos

Abstract

With the advent of São Paulo State's sugarcane agricultural and industrial sector modernisation and restructuring, a massive and yearly migration of thousands of rural labours originally from Brazilian poor regions has emerged to that State. By seeking out on sugarcane manual cutting a better way of improving their life conditions of affordability, such migrants are encouraged to come to this activity because they are likely to make more money during the main sugarcane harvest season, when comparing to their original place. In order to tackle environmental issues (i.e. climate change), sugarcane field burning, which is necessary for manual harvesting, will be forbidden in a near future so that there will be supposedly a scenario of huge unemployment, as this kind of harvesting shall be replaced by mechanised harvest systems. The focus of this work is then to analyse spontaneous worker's migration from Brazilian poor regions to São Paulo State, which means, the case of those ones who came by themselves for working as sugarcane cutters. The main intentions were to understand the main reasons of people's every year migration, as well as the expectation of them for when sugarcane sector achieve full mechanisation figures in terms of harvest processes; hence, no longer including cutters' activity. The survey was carried out by applying questionnaires on several rural labours chosen in their both departure region and destination, being the former Pedra Branca city (Ceará State) and the latter Leme city (São Paulo State), considering that these two places are significant to explain migration processes. Key people from both cities were also interviewed aiming to collect helpful information about possible social and economical local impacts of migratory flows. Insights from the obtained results point that the future absence of sugarcane manual harvesting will impact in positively and negatively way on both places.

Key-words: Spontaneous migration, sugarcane manual cutting, mechanisation, social and economical impacts

1. INTRODUÇÃO

Todos os anos milhares de trabalhadores migrantes são contratados durante a safra para o corte manual da cana-de-açúcar, sendo que muitos deles vêm por conta própria de suas regiões de origem. Criou-se uma cultura, por parte da população



residente nas regiões mais pobres do Brasil, de vir para São Paulo, tentar melhorar as condições de vida a partir do dinheiro ganho com o trabalho nos canaviais.

Porém, em virtude da proibição da queima da cana-de-açúcar e conseqüente aumento da mecanização na colheita, grande parte desta mão-de-obra estará sem o emprego no corte da cana-de-açúcar num futuro próximo.

Diante deste cenário, uma questão relevante refere-se a esta grande proporção de trabalhadores migrantes espontâneos, os quais, em sua grande maioria, além da baixa escolaridade, não têm qualificação para trabalhar em outros tipos de serviço, dificultando a recolocação em outras atividades relacionadas ao corte mecanizado.

Considerando-se a falta de oportunidade, a pobreza e a desigualdade social nas regiões de origem, surge uma preocupação em relação ao destino destes trabalhadores neste novo cenário. Eles continuarão saindo das suas regiões de origem e vindo para o Estado de São Paulo mesmo sabendo que as usinas não estarão mais contratando trabalhadores para o corte da cana? Uma vez que isto de fato aconteça, seria necessário conhecer quais os possíveis impactos econômicos e sociais decorrentes da presença destes trabalhadores nas cidades de destino. E quais serão os impactos nas regiões de origem? Há conscientização do problema e existência de política pública de forma a absorver este contingente de mão-de-obra nas cidades de origem?

Desta forma, o presente estudo teve como objetivo central analisar o caso dos trabalhadores migrantes espontâneos no Estado de São Paulo, ou seja, daqueles que vêm por conta própria para a colheita da cana-de-açúcar.

As cidades escolhidas como focos de estudo foram Leme, no Estado de São Paulo e Pedra Branca, no Ceará. A primeira pelo fato de ser considerada uma cidade dormitório, uma vez que grande parte destes trabalhadores mora em Leme, mesmo trabalhando nas cidades vizinhas. E Pedra Branca por ser a cidade de origem de grande parte dos migrantes que chegam a Leme para trabalharem no corte da cana-de-açúcar.

Com o intuito de verificar se a presença destes migrantes na cidade dormitório é vista de maneira positiva ou negativa, por parte dos moradores de Leme, foi avaliada a percepção dos cidadãos de Leme sobre impactos destes trabalhadores com relação aos aspectos sócio-econômicos, por exemplo, sobre o comércio, sobre o sistema de saúde pública, sobre as ocorrências policiais, etc.

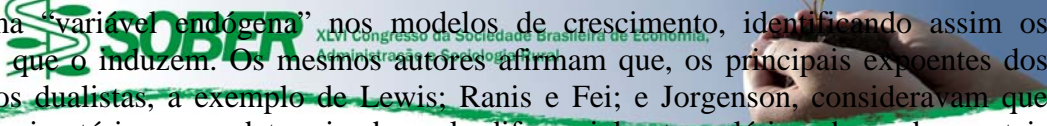
Da mesma forma, avaliou-se a percepção de cidadãos de Leme sobre a importância da renda gerada pelo corte da cana e sobre os impactos prováveis da mecanização da colheita em São Paulo.

Além disso, foi feita uma comparação entre os indicadores sócio-econômicos das regiões de origem e destino destas pessoas, com intuito de melhor compreender os motivos das migrações e, quais as tendências deste fenômeno a partir de agora.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sabe-se que os movimentos migratórios de indivíduos e grupos são parte da história da humanidade e estão cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas. Castells (2000) considera tais sociedades como em rede ou de fluxos, as quais supõem movimentos migratórios como tema constituinte dos dilemas contemporâneos, como as diásporas (Hall, 2003) e os conflitos em torno das identidades e mediações culturais, temáticas essas correlatas a das migrações ou fluxos migratórios (Moraes *et al.*, 2007).

De acordo com Ramos e Araújo (1999), em um contexto em que o desafio é estabelecer as variáveis que determinam a realocação de trabalho, na transição de uma sociedade “arcaica” (cuja principal atividade é a agrícola), para uma economia “moderna”, caracterizada pelas atividades urbano-industriais, o fluxo migratório deveria



ser uma “variável endógena” nos modelos de crescimento, identificando assim os fatores que o induzem. Os mesmos autores afirmam que, os principais expoentes dos modelos dualistas, a exemplo de Lewis; Ranis e Fei; e Jorgenson, consideravam que fluxos migratórios eram determinados pelo diferencial entre salários, de modo que tais fluxos seriam direcionados dos setores ou áreas mais “arcaicos” para os ramos de atividade ou regiões com um maior desenvolvimento relativo.



Particularmente no caso do Brasil, Sahota (1968), ao realizar um estudo pioneiro, mesmo incluindo outras variáveis, tais como distância, educação, crescimento da renda e emprego, urbanização, etc., concluiu que, de fato, a migração interna no Brasil é altamente influenciada pelos diferenciais de salário entre as regiões de origem e destino. Ferreira (1996), também identificou o diferencial entre as rendas como variável explicativa dos fluxos migratórios no Brasil, embora tenha considerado ainda outras variáveis, tais como disponibilidade de terras e taxas de variação das rendas estaduais.

Entretanto, os argumentos teóricos que explicam os fluxos migratórios através do diferencial de rendas per capita caracterizam-se por certa fragilidade na sua consistência interna. De acordo com Ramos e Araújo (1999), se o migrante realiza sua escolha tendo como referência esse diferencial e, supondo que os agentes sejam uniformes e exista perfeita mobilidade, toda a população das áreas de menores rendimentos deveria transferir-se para regiões com maior desenvolvimento relativo.

Nesse sentido, o modelo de Harris e Todaro (1970) foi um importante avanço na teoria do desenvolvimento, pelo fato de estes autores considerarem que o fluxo migratório deveria ser visto como um processo que tende ao equilíbrio, sendo que a decisão de migrar, de um ponto de vista exclusivamente econômico, deve levar em consideração não somente o diferencial de rendimentos, mas também o valor esperado dos mesmos. Neste caso, cada indivíduo maximizaria uma função de utilidade intertemporal em um contexto de risco, em que o fator relevante seria o valor presente do fluxo de rendimentos, tendo como horizonte uma dada expectativa de vida. O diferencial de rendimentos deveria estar ponderado pelo risco, ou seja, deveria ser a expectativa do valor presente. O risco seria dado pela probabilidade de encontrar emprego na região com maior desenvolvimento relativo e/ou mais dinâmica, podendo, por outro lado, ser dado pela taxa de desemprego: quanto maior (menor) esta, menor (maior) deveria ser a probabilidade de encontrar emprego.

Porém, Ramos e Araújo (1999) afirmam que, apesar da popularidade do modelo de Harris e Todaro, até o presente momento a taxa de desemprego ainda não havia sido utilizada nos estudos referentes aos fluxos migratórios no Brasil. Por este motivo, em seu estudo, objetivaram identificar os fatores determinantes dos fluxos migratórios (ou a realocação espacial da mão-de-obra) entre as unidades da Federação no Brasil, utilizando-se para tanto o modelo de Harris e Todaro. Os resultados sugeriram que, a introdução da taxa de desemprego juntamente à renda, parece relevante na explicação dos deslocamentos populacionais no Brasil. Os resultados obtidos podem ajudar ainda a entender como, em espaço geográfico onde impera a livre circulação de trabalho, possam conviver significativas diferenças nas taxas de desemprego e renda per capita.

A partir da metade do século XX, os principais fluxos migratórios no Brasil são feitos pelos nordestinos que se dirigem para o sudeste, centro-oeste e norte do país. Isto se deve à forte desigualdade social da região nordeste, que é conseqüência do clima seco e do solo pouco produtivo dos sertões, associados à má distribuição de terras e renda. As regiões sul e sudeste do Brasil, por sua vez, são bem desenvolvidas industrialmente e com mercado crescente e, portanto, têm sido visadas cada vez mais pelas correntes migratórias, devido também à expansão das fronteiras agrícolas, à abertura de garimpos, às obras (como usinas hidrelétricas e rodovias) e, nas últimas



décadas, devido à expansão do setor sucroalcooleiro, o qual tem contratado diversos trabalhadores migrantes para o corte da cana-de-açúcar durante a safra.

Segundo Menezes *et al.* (2007) a região Nordeste tem sido historicamente marcada por migrações intra e inter-regionais. No período entre 1950 e 1970 houve crescimento da migração inter-regional a partir da região Nordeste, em que os principais destinos eram as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Após a fase caracterizada como “milagre econômico”, a economia brasileira foi marcada por períodos contínuos de crise econômica, afetando as condições de emprego e interferindo nas tendências das migrações. Diferentemente das décadas anteriores, estudos apontam que as migrações a partir da década de 1970 têm sido caracterizadas pela ocorrência de movimentos múltiplos, em que os grupos de migrantes passaram a ter menores possibilidades de fixação nas cidades ou de adquirir alguma poupança para investir em seu espaço de origem. O autor afirma que isto contribuiu para intensificar as migrações temporárias e a chamada “migração de retorno”. As migrações internas no Brasil apresentam, portanto, várias tendências, entre elas a ocorrência de “migrações múltiplas”, também chamadas “migrações repetidas”, as quais têm predominado desde a década de 1970, sendo a migração de retorno uma de suas expressões.

Deve-se ressaltar que, a reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista favoreceu um redirecionamento das correntes migratórias dos Estados do Nordeste. Além da clássica migração para as regiões metropolitanas, as migrações sazonais para a região canavieira de São Paulo começaram a ter visibilidade e a ganhar importância.

Segundo Alves (2007), no início da década de 1970, a implantação de programas tais como os Programas de Racionalização e apoio da Agroindústria Açucareira (1971/72), do Planalsucar e do Programa Nacional do Álcool – Proálcool (1975), deu suporte ao processo de expansão, modernização, concentração e centralização da produção do açúcar e do álcool no Brasil. Diante deste cenário, a maior necessidade de matéria-prima das usinas foi suprida pela expansão dos canaviais, o que atraiu trabalhadores de outras regiões para trabalhar na safra em São Paulo.

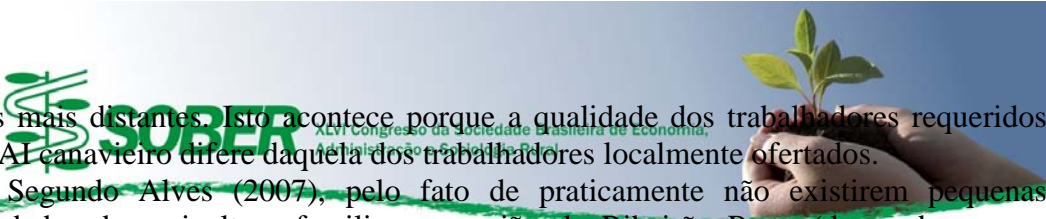
Na época, os trabalhadores migrantes vinham para São Paulo trabalhar como assalariados durante a safra, e voltavam para a cidade de origem para trabalhar na agricultura familiar de subsistência durante a entressafra. Devido às dificuldades de se manterem com suas roças de subsistência, muitos trabalhadores acabavam se estabelecendo em São Paulo, juntamente com a família, os quais passaram a ser referência para outros migrantes que chegavam e partiam (ALVES, 2007).

A modernização da lavoura canavieira na região sudeste, bem como a expansão das atividades da agroindústria em decorrência tanto das boas perspectivas do mercado internacional do álcool quanto do mercado internacional do açúcar, faz com que as migrações para esta região ganhem novas dimensões.

O Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro necessita de trabalhadores rurais provenientes de regiões cada vez mais distantes do país. Segundo Alves (2007), o atual processo de expansão do CAI canavieiro guarda semelhanças com a fase áurea do Proálcool, das décadas de 70 e 80, tanto pelo fato de o produto principal do processo de expansão ser o álcool, quanto pela necessidade de imigração de trabalhadores vindos de regiões distantes de São Paulo, tais como Maranhão, Piauí e outros Estados do Nordeste.

Ressalta-se que esta é uma tendência que tende a ser revertida em decorrência da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e da mobilização social contra a queimada.

Embora o desemprego seja um dos maiores problemas nas cidades da região de Ribeirão Preto, as usinas continuam contratando trabalhadores migrantes vindos de



regiões mais distantes. Isto acontece porque a qualidade dos trabalhadores requeridos pelo CAJ canavieiro difere daquela dos trabalhadores localmente ofertados.

Segundo Alves (2007), pelo fato de praticamente não existirem pequenas propriedades de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto (de modo que as crianças são criadas afastadas dos rigores do trabalho agrícola), além de ter sido praticamente abolido o trabalho infantil, os jovens criados nesta região não têm condições de realizar o corte de cana, sobretudo perante as novas metas de produtividade e remuneração adotadas pelas usinas. Já no Maranhão, Piauí e demais Estados do Nordeste, onde predomina a agricultura familiar como atividade de subsistência, os jovens são bastante acostumados com o tipo de trabalho exigido no corte da cana. Associado a isso, as suas remunerações pelo dia de trabalho na cidade de origem são consideravelmente baixas, de modo que eles estão dispostos a trabalhar por salários inferiores àqueles exigidos pelos trabalhadores paulistas. Ademais, a escolaridade dos trabalhadores de São Paulo é mais alta, o que torna possível o trabalho em outras atividades, inclusive não agrícolas.

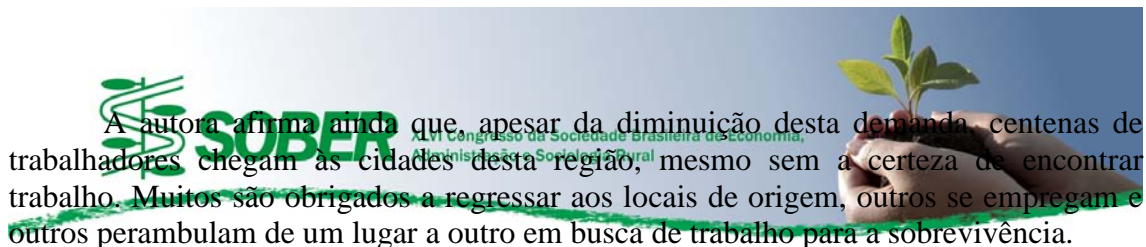
As mudanças no padrão tecnológico ocorridas nos últimos anos na lavoura canavieira contribuíram para modificar as dinâmicas das migrações sazonais dos trabalhadores para a safra da cana. Nos últimos anos os trabalhadores têm ficado um tempo maior na cidade de destino, ao invés de permanecerem durante a safra, retornando em seguida para as cidades de origem. Diante deste novo cenário, alguns trabalhadores trazem as famílias para morar no Estado de São Paulo, outros trazem apenas para passar uma temporada, alguns trazem apenas a esposa e deixam os filhos com algum parente, alguns trazem a família toda e, existem ainda aqueles que conhecem a esposa na cidade de destino e acabam constituindo família no próprio Estado de São Paulo.

De maneira geral, o trabalho no corte da cana nas usinas paulistas aparece como meio complementar de sobrevivência da família de pequenos produtores que cultivam terras próprias ou arrendadas nas regiões mais pobres do Brasil, especialmente no Nordeste. Embora ainda não haja informações suficientes para melhor avaliar quais as repercussões dos programas sociais do governo (aposentadoria, Bolsa Família, vale-gás, etc.) no fluxo migratório para o corte da cana em São Paulo, tais programas devem ser considerados nas reflexões sobre os deslocamentos no interior do Brasil atual.

Os trabalhadores migrantes valorizam o pagamento por produtividade, onde quanto mais se corta mais se ganha. Assim, os trabalhadores migrantes chegam à região com a disposição de acionar toda a sua força física, toda a sua habilidade e resistência para alcançar bons níveis de produtividade. O autor afirma que a maioria dos trabalhadores migrantes deixa suas cidades de origem bem informada a respeito da realidade sobre o trabalho nas usinas em São Paulo.

Alves (2007) relata que significativas parcelas de trabalhadores migrantes acreditam que, para que melhorassem as suas condições de vida, deveriam ocorrer mudanças simultâneas nas diferentes regiões do país. É preciso que as possibilidades de inserção produtiva cresçam e se diversifiquem no Nordeste, para que as migrações possam ser resultado de escolhas cada vez menos compulsórias.

A despeito do grande número de trabalhadores migrantes empregados no corte da cana-de-açúcar em São Paulo, de acordo com Silva (2007), a partir de meados dos anos de 1980, quando as usinas começaram a utilizar máquinas para a atividade do corte da cana-de-açúcar, vem ocorrendo redução das contratações de trabalhadores rurais, especialmente os safristas, os quais são em boa parte migrantes temporários provenientes das regiões mais pobres do Brasil, como o Vale do Jequitinhonha (MG) e os Estados do Nordeste.



A autora afirma ainda que, apesar da diminuição desta demanda, centenas de trabalhadores chegam às cidades desta região, mesmo sem a certeza de encontrar trabalho. Muitos são obrigados a regressar aos locais de origem, outros se empregam e outros perambulam de um lugar a outro em busca de trabalho para a sobrevivência.

Diante do exposto, surge a preocupação sobre as conseqüências do processo de mecanização sobre o emprego do cortador de cana, pois se trata de mão-de-obra desqualificada, que dificilmente conseguirá se encaixar em outro tipo de atividade.

Por este motivo, o presente estudo procurou avaliar qual a percepção dos agentes envolvidos sobre os impactos socioeconômicos destes trabalhadores migrantes temporários em Leme, quando da ausência de emprego nas usinas de cana-de-açúcar. Além disso, procurou analisar os principais motivos que ajudam a explicar a dinâmica da migração espontânea, e que levam tantas pessoas a migrarem em busca de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar nos canaviais da cidade de Leme.

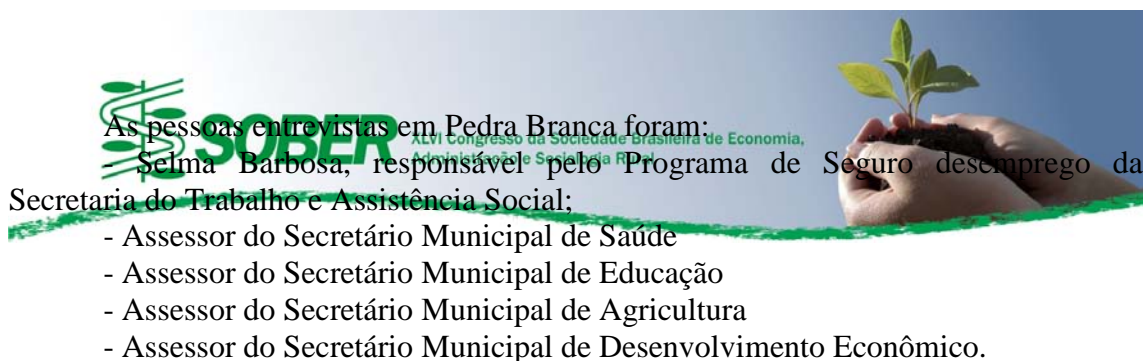
3. METODOLOGIA

A avaliação do impacto dos trabalhadores migrantes relativos aos aspectos sócio-econômicos do município de Leme foi feita mediante entrevistas para identificar a percepção de representantes da sociedade civil sobre o tema. Foram entrevistados comerciantes locais, os representantes da Associação Comercial de Leme (ACIL), os Secretários da Agricultura e da Saúde Pública, o Delegado de Polícia, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. As pessoas entrevistadas foram as seguintes:

- Sr. João Carlos Pinheiro - Presidente da Associação Comercial de Leme (ACIL) e representante da ASSOMOGI (Associação dos Produtores de Cana do Vale do Mogi); e Sr. Sebastião - gerente da ACIL;
- Sr. Marco Antônio (Secretário Municipal de Agricultura) e Sra. Tereza (Eng. Agrônoma da Casa da Agricultura);
- Sr. Anselmo Luis de Paulo (gerente das Casas Bahia) e Sr. Marcio Disardi (gerente da Cybelar);
- Sr. Sandoval Alves de Brito (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais).
- Dr. Cataldo (Secretário Municipal de Saúde) e Sra. Renata (Fiscal Sanitária, responsável pelo levantamento de informações acerca da participação destes trabalhadores migrantes no sistema público de saúde);
- Dr. João Batista (Delegado de Polícia Civil).

Outra etapa do estudo consistiu da aplicação de questionários aos trabalhadores migrantes, com intuito de compreender melhor o problema e de comparar as condições de vida dos mesmos nas cidades de origem e na cidade dormitório, além de entender os principais motivos que os levaram à migração e, também, as futuras expectativas com relação a voltarem ou não para as cidades de origem, quando da mecanização e proibição da queima da cana-de-açúcar.

Finalmente, realizou-se uma visita à Pedra Branca, município localizado no interior do Estado do Ceará, conhecido como um dos principais exportadores de mão-de-obra para o corte da cana-de-açúcar para a região de Leme. O objetivo da visita foi conhecer a região de origem de muitos destes trabalhadores migrantes, entrevistar algumas pessoas, incluindo os cortadores de cana-de-açúcar, para melhor compreensão dos motivos que levam estas pessoas a migrarem todos os anos. Além disso, procurou-se identificar quais são as perspectivas futuras destes empregados, quando a queimada for extinta do Estado de São Paulo.



4. INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

Comparam-se os indicadores sócio-econômicos de Leme com os principais municípios de origem, a saber: Pedra Branca (CE), Princesa Isabel (PB) e Triunfo (PE). A população do município de Leme em 2004 era de 87.192 habitantes e o PIB per capita de R\$7.500. As populações dos municípios de origem considerados no estudo, Princesa Isabel, Pedra Branca e Triunfo, eram de 18.868; 41.738 e 14.898 habitantes, respectivamente.

Com relação aos valores de PIB per capita, estes eram de R\$2.839 em Pedra Branca; R\$1.998 em Princesa Isabel e R\$2.739 em Triunfo. Nota-se que o PIB per capita de Leme é significativamente maior do que o observado nas regiões de origem dos trabalhadores, chegando a ser mais do que três vezes maior, quando comparado com o município de Pedra Branca.

A população de Pedra Branca equivale a cerca de 50% da população de Leme e, é quase duas vezes maior que as populações de Princesa Isabel e Triunfo.

A Tabela 1 mostra a participação dos setores Agropecuária, Indústria e Serviços no Produto Interno Bruto (PIB), bem como os valores do PIB total de cada cidade. Verifica-se que nas cidades de origem dos trabalhadores o setor de serviços é mais representativo no PIB do que os setores produtivos. Uma hipótese para a participação do setor de serviços ser mais importante em relação aos demais setores, seria relacionada aos empregos públicos, que algumas vezes são importantes fontes de trabalho em certas regiões.

Tabela 1. Participação (em %) de cada setor no PIB dos quatro municípios considerados no estudo, 2004.

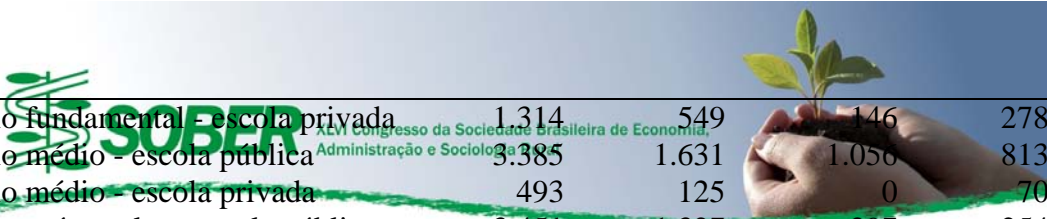
Componentes	Leme (SP)	Princesa Isabel (PB)	Pedra Branca (CE)	Triunfo (PE)
Agropecuária (%)	20,3	23,6	13,04	24,7
Indústria (%)	29,3	11,9	16,59	12,4
Serviço (%)	49,0	63,1	70,30	64,0
PIB (R\$ 1.000)	653.685	53.566	83.421	40.819

Fonte: IBGE (2007)

No que diz respeito à educação, o município de Leme é o que apresenta o maior número de alunos matriculados nas escolas, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Número de alunos matriculados nas escolas em cada município, 2006.

	Leme	Pedra Branca	Princesa Isabel	Triunfo
Ensino fundamental - escola pública	11.572	9.213	3.766	3.252



Ensino fundamental - escola privada	1.314	549	146	278
Ensino médio - escola pública	3.385	1.631	1.058	813
Ensino médio - escola privada	493	125	0	70
Ensino pré-escolar - escola pública	3.451	1.327	297	254
Ensino pré-escolar - escola privada	68	190	47	140
Total	20.283	13.035	5.312	4.807

Fonte: IBGE (2007)

A participação de cada categoria de veículos sobre a frota existente no município é um bom indicador econômico. Verifica-se que em Leme a categoria predominante são os automóveis, enquanto que nas outras três cidades, mais pobres quando comparadas à Leme, a categoria predominante são as motocicletas, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3. Participação de cada categoria de veículo sobre a frota existente em cada município, 2006.

	Leme	Pedra Branca	Princesa Isabel	Triunfo
Automóvel (%)	60	14	35	22
Caminhão (%)	6	4	7	6
Caminhão trator (%)	1	0	0	0
Caminhonete (%)	4	4	11	7
Microônibus (%)	0	0	3	0
Motocicleta (%)	22	71	42	64
Motoneta (%)	5	5	3	2
Ônibus (%)	1	0	0	0
Total (em número)	31.253	3.502	1.119	2.562

Fonte: IBGE (2007)

Outro importante indicador sócio-econômico é o número de estabelecimentos de saúde existentes. Nota-se que a quantidade de estabelecimentos de saúde existentes no município de Leme é significativamente maior quando comparada às demais cidades, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4. Número de estabelecimentos de saúde existentes em cada município, 2005.

Estabelecimentos de Saúde	Leme	Pedra Branca	Princesa Isabel	Triunfo
Públicos	17	13	11	7
Privados	11	1	3	3
Total	28	14	14	10

Fonte: IBGE (2007)

No que diz respeito às atividades agrícolas, a principal cultura produzida em Leme é a cana-de-açúcar, representando 51% do valor da produção agrícola e 50% da área cultivada no município. A cultura da laranja vem em segundo lugar, representando 18% do valor da produção agrícola e 9% da área cultivada no município, conforme exposto na Tabela 5.

Tabela 5. Participação (em %) de cada cultura sobre o valor da produção e a área cultivada nos municípios de Leme (SP), Pedra Branca (CE), Princesa Isabel (CE), Triunfo (PE), 2005.

Municípios	Cultura	Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	Área cultivada (hectares)
Leme (SP)	Laranja (%)	17,69	9
	Cana-de-açúcar (%)	50,69	49,75
	Milho (%)	13,35	22,26
	Outras (%)	18,27	18,98
Pedra Branca (CE)	Cana-de-açúcar (%)	3,27	0,73
	Feijão (%)	36,41	27,63
	Mamona (%)	5,57	4,69
	Milho (%)	49,87	65,01
Princesa Isabel (CE)	Outras (%)	4,88	1,93
	Cana-de-açúcar (%)	0,33	0,12
	Feijão (%)	54,04	61,8
	Mandioca	16,66	4,43
	Milho (%)	15,08	25,65
Triunfo (PE)	Banana (%)	1,16	0,14
	Outras (%)	12,73	7,86
	Banana	13,33	2,39
	Goiaba	43,55	6,82
	Cana-de-açúcar	14,02	14,49
	Milho (em grão)	7,13	34,08
	Outras	21,97	42,23

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

Nessa mesma Tabela 5, verifica-se que em Pedra Branca o milho representa 50% do valor da produção agrícola e 65% da área cultivada. A cana-de-açúcar, por sua vez, representa 3% do valor da produção agrícola e 0,73% da área cultivada com agricultura no município.

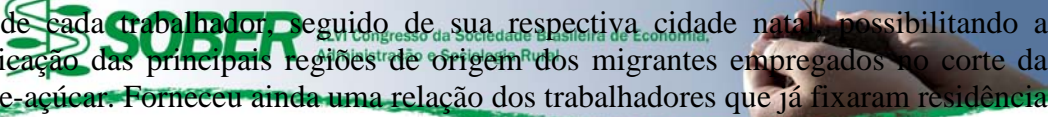
Observa-se que a principal cultura produzida no município de Princesa Isabel é a mandioca, representando 17% do valor da produção agrícola e 4% da área cultivada. O feijão representa 54% do valor da produção agrícola e 4,5% da área cultivada, enquanto que o milho representa 15% do valor da produção agrícola e 26% da área cultivada.

Com relação ao município de Triunfo, a principal cultura produzida é a cana-de-açúcar, representando 14% do valor da produção agrícola e 14% da área cultivada no município. A goiaba representa 44% do valor da produção agrícola e 7% da área cultivada. Vale ressaltar que a área total cultivada em Triunfo é de 2.934 ha, então, mesmo que a cana represente 62% da área cultivada, esta é significativamente menor do que a área cultivada com cana em Leme.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise dos dados de uma usina produtora de açúcar e álcool de Leme

Uma das usinas localizadas na região de Leme permitiu a aplicação dos questionários nos cortadores de cana contratados por ela e forneceu uma lista com o



nome de cada trabalhador, seguido de sua respectiva cidade natal, possibilitando a identificação das principais regiões de origem dos migrantes empregados no corte da cana-de-açúcar. Forneceu ainda uma relação dos trabalhadores que já fixaram residência em Leme, e dos que vêm para São Paulo na safra e voltam para a cidade de origem na entressafra.

Verifica-se que dentre os 411 trabalhadores migrantes empregados no corte da cana desta usina, 37% já fixaram residência em Leme e 63% continuam migrando todos os anos entre a cidade de origem e a cidade dormitório. O fato de parte destes trabalhadores já ter fixado residência em Leme aumenta a probabilidade de estas pessoas permanecerem em Leme, mesmo sem disponibilidade de emprego no corte da cana-de-açúcar, o que pode representar um problema social se não houver ocupação em outras atividades.

Dentre os 411 empregados da referida usina, 38% vieram do Estado do Ceará (CE), 20% de Pernambuco (PE), 18% da Paraíba (PB), 9% da Bahia (BA) e os demais 15% de outras regiões do Brasil. Ao considerar todos os Estados conjuntamente, as três principais cidades de origem dos trabalhadores foram Princesa Isabel (PB), Pedra Branca (CE) e Triunfo (PE), representando 16%, 15% e 12% dos trabalhadores migrantes, respectivamente. Por este motivo estas três cidades foram escolhidas para a comparação dos indicadores sócio-econômicos em relação aos do município de Leme (SP), a partir das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007).

5.1.1 Aplicação dos questionários

Foram aplicados questionários em 88 trabalhadores migrantes que trabalham na referida usina, e que representam 21% dos cortadores de cana. Dentre eles, 19% vieram para o Estado de São Paulo junto com familiares ou amigos e 81% vieram por conta própria.

No que se refere ao número de vezes que já vieram para o corte da cana-de-açúcar, observou-se que 14% deles estavam trabalhando pela primeira vez na safra de cana, 11% pela segunda vez, 16% pela terceira vez e os demais 59% já haviam trabalhado em mais de três safras. Todos eles foram contratados para trabalhar em uma safra, ou seja, duração do contrato de 7 a 8 meses. Dentre os que já trabalharam em mais de uma safra, 46% já fixaram residência em Leme e 54% continuam vindo e voltando para a cidade de origem todos os anos.

A faixa etária média dos trabalhadores migrantes nesta usina é de 30 anos de idade, sendo que 22% deles têm entre 19 e 24 anos de idade, 26% entre 24 e 29 anos, 19% entre 29 e 34 anos, 17% entre 34 e 39 anos, 10% entre 39 e 44 anos e, os demais 5% têm mais do que 44 anos.

Com relação à educação, a Figura 1 ilustra os níveis de escolaridade predominantes entre estes trabalhadores migrantes. Verifica-se que 17% deles nunca freqüentaram a escola, 6% freqüentaram até a primeira série, 14% até a segunda série, 13% até a terceira série, 15% até a quarta série, 10% até a quinta série, 9% até a sexta série, 6% até a sétima série e 11% até a oitava série ou mais. Nota-se a predominância de baixos níveis de escolaridade, especialmente dos que nunca freqüentaram a escola.

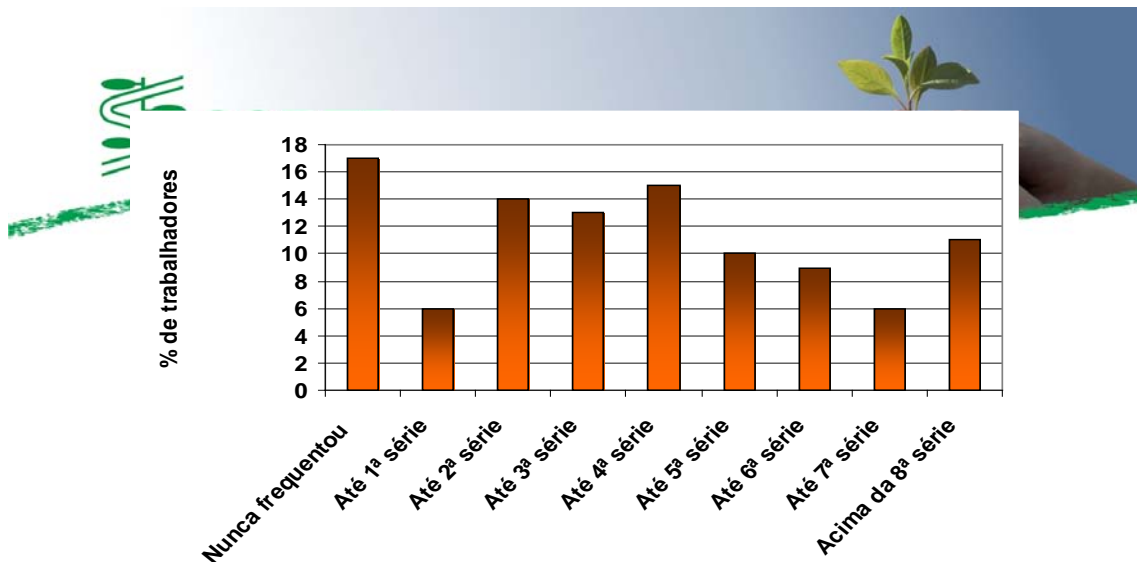


Figura 1. Porcentagem de trabalhadores por nível de escolaridade.

Com relação às condições de vida na cidade de origem, 77% deles vivia na zona rural, sendo que 39% dos 88 cortadores de cana não tinham casa própria. O número médio de cômodos nas casas é 5, sendo que 13% viviam em casas com até 3 cômodos, 30% em casas de 4 cômodos, 20% em casas de 5 cômodos e 37% em casas de 6 ou mais cômodos.

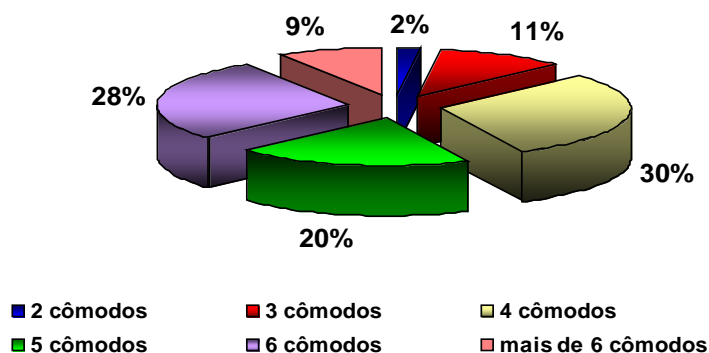


Figura 2. Número de cômodos nas casas dos trabalhadores na cidade de origem.

O número médio de moradores por casa é de 5 pessoas, sendo que 7% deles vivia com mais 1 pessoa na casa, 16% com mais duas pessoas (em muitos casos os pais), 17% com mais 3 pessoas, 5% com mais 4 pessoas, 10% com mais 5 pessoas e 45% com mais de 6 pessoas na casa.

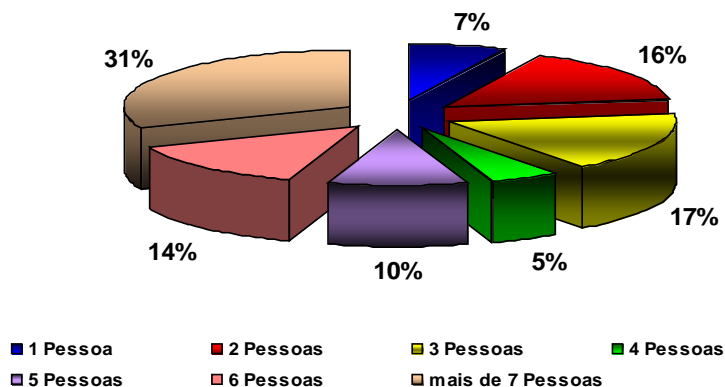


Figura 3. Número de moradores nas casas dos trabalhadores na cidade de origem.

A maioria deles (47%) não tem dependentes na cidade de origem, sendo que 16% têm apenas 1 dependente, 22% têm 2 dependentes (em muitos casos os pais) e 16% têm 3 ou mais dependentes.

Com relação às condições das casas, 47% deles alegaram ter o banheiro dentro de casa, 47% fora de casa e 6% alegaram não ter banheiro. Em relação ao saneamento básico, 61% alegaram ter a fossa como instrumento de esgotamento sanitário, 17% alegaram ter a rede coletora de esgotos e 22% alegaram não ter instrumentos de esgotamento sanitário disponíveis.

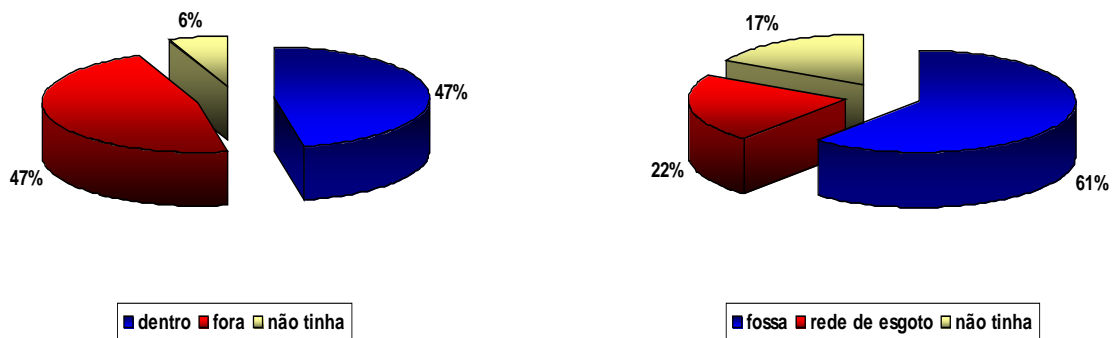


Figura 4. Localização do banheiro e esgotamento sanitário na casa da cidade de origem.

Quanto às condições de abastecimento de água, 18% deles tinham o abastecimento de água proveniente de açude, 41% com água encanada, 1% à base de cisterna e os demais 40% via poço.

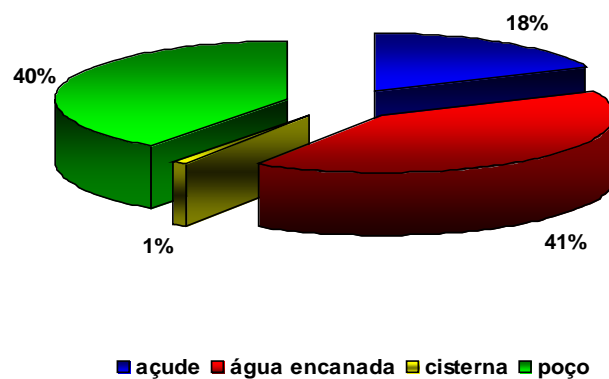


Figura 5. Condições de abastecimento de água na casa da cidade de origem.

No que diz respeito ao mercado de trabalho na cidade de origem, 51% dos entrevistados alegaram que não tinham emprego na cidade de origem. Dentre os 49% que tinham emprego, apenas 7% tinham carteira assinada, indicando alto índice de informalidade dos empregados entrevistados na cidade de Pedra Branca.

A maioria deles (38%) alegou a falta de emprego na cidade de origem como principal motivo da vinda para São Paulo, 26% deles a tentativa de melhorar as condições de vida, 23% deles ambos os motivos, 3% a sugestão de outro trabalhador e, os demais alegaram outros motivos, ou os três motivos conjuntamente (sugestão de outro, falta de emprego e melhorar a condição de vida).

Quando termina a safra de cana, 30% deles continuam trabalhando na lavoura da cana (no plantio), 54% deles voltam para a cidade de origem, 7% trabalham em outra lavoura, 9% trabalham em outras atividades (fazem bicos) e os demais não responderam, pois era a primeira vez que vinham para SP (Ver Figura 6).

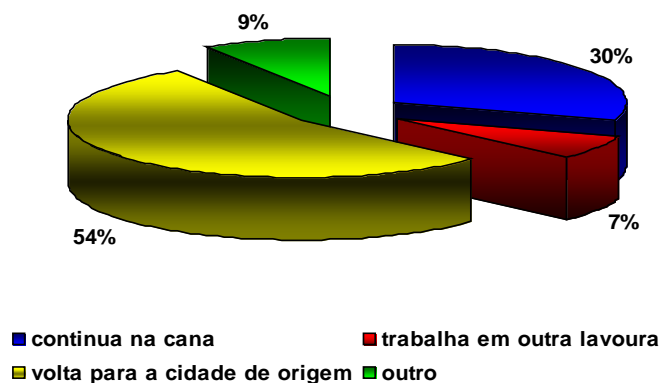


Figura 6. Atividades ao terminar a safra de cana.

Com relação aos dados sobre a família dos entrevistados, 47% deles estão com a esposa em Leme e, dentre estes, 61% as trouxeram da cidade de origem e 39% as conheceram em Leme.

No que diz respeito aos filhos, 66% deles têm filhos e, dentre estes, 38% estão com um filho em Leme, 21% com dois filhos, 5% com três filhos e os demais sem os filhos. Vale ressaltar que a maioria deles tem menos do que três filhos, mesmo considerando aqueles que ficaram na cidade de origem.

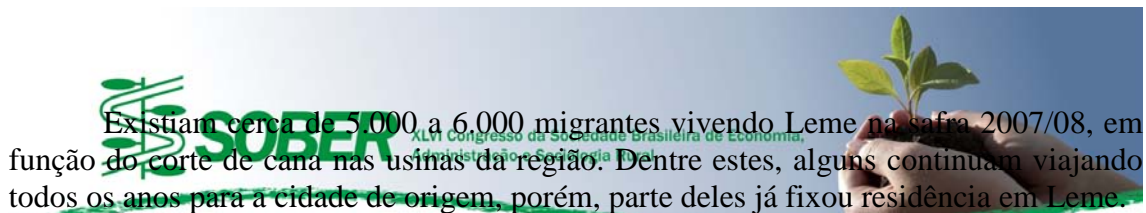
Ao perguntar para aqueles que já fixaram residência em Leme, o que pretendem fazer quando mecanizar a colheita, 54% responderam que continuarão no Estado de São Paulo, 43% voltarão para a cidade de origem e 3% não souberam responder. No caso dos que ainda não fixaram residência em Leme, 38% responderam que irão continuar vindo (mesmo após a mecanização), 53% não voltarão mais e 9% não souberam responder.

A média salarial dos cortadores de cana é de R\$850,00, sendo que 31% deles recebem entre R\$700,00 e R\$800,00; 17% entre R\$800,00 e R\$900,00; 18% entre R\$900,00 e R\$1.000,00; com a minoria recebendo abaixo de R\$600,00 ou acima de R\$1.000,00.

Quanto à proporção do salário que os migrantes gastam em Leme, a maioria deles (37%) gasta 100%; 13% gastam de 20% a 30%; 12% gastam de 30% a 40%; 17% gastam de 40% a 50%, e a minoria gasta de 50% a 80%. Nota-se que, de modo geral, ou eles gastam tudo em Leme, ou gastam apenas uma pequena proporção em Leme, enviando ou levando o restante para a cidade de origem.

5.2 Síntese das principais informações obtidas durante as visitas à Leme

Foram realizadas quatro visitas à Leme, cidade alvo da pesquisa. Relata-se a seguir as principais informações colhidas nas entrevistas.



Existiam cerca de 5.000 a 6.000 migrantes vivendo Leme na safra 2007/08, em função do corte de cana nas usinas da região. Dentre estes, alguns continuam viajando todos os anos para a cidade de origem, porém, parte deles já fixou residência em Leme.

Não há consenso sobre o impacto dos trabalhadores migrantes sobre o município. Parte dos entrevistados considera o impacto destes trabalhadores de maneira mais negativa do que positiva. Parte deles não se posicionou com relação ao impacto destes migrantes e, alguns deles afirmam que o impacto destes trabalhadores migrantes é mais positivo do que negativo para o município.

Dentre os que consideram o impacto negativo inclui-se o Secretário de Saúde Municipal e a Fiscal de Saúde do Município, que afirmaram que a presença destes migrantes prejudica demasiadamente o funcionamento do sistema público de saúde.

O sistema público de saúde de Leme atende os trabalhadores de duas usinas de Iracemápolis, duas de Araras (Santa Lúcia e São João), uma de Santa Rita do Passa Quatro (Santa Rita) e a Cresciumal (Louis Dreyfus), a única localizada na cidade de Leme.

Conforme o Secretário Municipal de Saúde, as usinas contribuem com o ICMS nas cidades nas quais estão localizadas, mas os trabalhadores utilizam o sistema público de saúde em Leme. Ele considera que o impacto negativo dos trabalhadores é muito grande, tanto no saneamento básico, quanto no sistema de saúde pública.

Os entrevistados afirmaram que além dos próprios trabalhadores, eles também trazem a família para receber atendimento no SUS, pois nas suas regiões de origem o sistema público de saúde é muitíssimo precário, quando existe. Considerando o atendimento aos familiares, o número de migrantes na cidade vai para cerca de 18.000 pessoas (aproximadamente 3 familiares por trabalhador), representando cerca de 18% da população de Leme, segundo depoimento dos entrevistados.

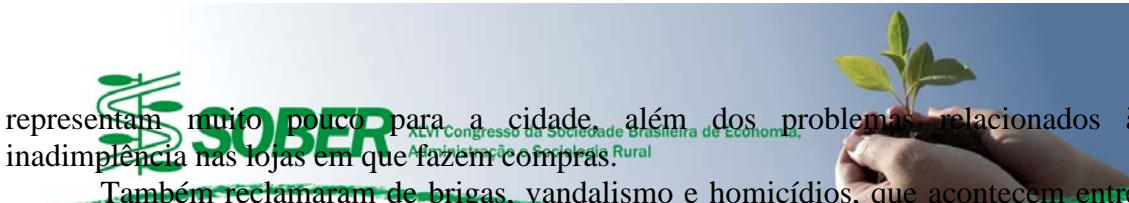
Algumas usinas assinaram um Pacto com o Ministério do Trabalho, no qual são acordados diversos itens relativos à qualidade de vida dos trabalhadores. Conforme a representante da Secretaria de Saúde, faz parte do pacto o pagamento de uma taxa mensal de R\$36,00 por trabalhador (referente ao plano básico de saúde) à Santa Casa Saúde, para cobrir os atendimentos aos trabalhadores. Mas só estão inclusas no plano as consultas, pois os medicamentos e as internações deverão entrar normalmente pelo SUS. Segundo a entrevistada, as usinas que assinaram o pacto são: São João, Santa Lúcia, Iracemápolis e Santa Rita, sendo que a usina Cresciumal (Louis Dreyfus), localizada em Leme, não assinou o pacto e nem compareceu à reunião referente ao assunto.

A opinião sobre o impacto destes convênios sobre a receita do convênio “Santa Casa Saúde” é que o impacto é pouco expressivo, embora ela não tenha apresentado estatística sobre o assunto.

Para finalizar, os entrevistados consideram que a população de Leme, de modo geral, não é contra os cortadores, pelo contrário, eles são bastante acolhedores e receptivos. Porém, é inegável que existem problemas no sistema de saúde pública, especialmente em se tratando de medicamento e de serviços mais complexos.

Outros entrevistados que consideram que a presença dos migrantes têm impacto negativo sobre os indicadores sócio-econômicos da cidade são os representantes da Associação Comercial. Segundo eles, as casas nos bairros em que estes trabalhadores moram são muito desvalorizadas, por causa da violência, então, os donos não conseguem alugar e acabam fechando negócio com os cortadores de cana.

Acreditam que a mecanização será bastante favorável para as usinas e para a cidade também, pois em termos de consumo, acham que estes trabalhadores



representam muito pouco para a cidade, além dos problemas relacionados à inadimplência nas lojas em que fazem compras.

Também reclamaram de brigas, vandalismo e homicídios, que acontecem entre os trabalhadores. Acreditam que se estes trabalhadores continuarem vindo e ficarem sem emprego, irão aumentar muito os problemas de violência, drogas, bebidas e furtos na cidade. Pelo fato de os trabalhadores não apresentarem nenhuma qualificação, será difícil exercerem outra função, a não ser o corte da cana.

Entendem que os trabalhadores migrantes movimentam pouco o comércio em termos de roupas e alimentação, mas compram bastante eletrodomésticos.

Por outro lado, os gerentes comerciais das lojas que foram entrevistados afirmaram que estes trabalhadores representam cerca de 30% a 35% das vendas da cidade, de modo que quando acabar o corte manual de cana-de-açúcar em São Paulo, o comércio local poderá ser impactado negativamente. Costumam pagar à vista, e mesmo considerando-se a inadimplência dos que fazem o crediário, se estes trabalhadores deixarem de vir, irá impactar negativamente o comércio.

Um dos gerentes de loja considera que os salários recebidos no corte da cana-de-açúcar são relativamente altos, e os trabalhadores sempre voltam para esta atividade. Citou o exemplo do próprio pai, que criou os filhos trabalhando como colhedor de cana, e que mesmo tendo arrumado emprego na prefeitura, optou por voltar para o corte da cana, pois recebia mais (cerca de R\$ 400,00 por quinzena).

O Delegado de Polícia não vê impacto negativo da presença dos migrantes na cidade. Para ele, no passado havia uma migração muito forte, mas que tem diminuído muito nos anos recentes, provavelmente devido ao aumento da mecanização.

Afirmou que existe uma tendência de aumento da criminalidade, pois a cidade está inchando e não apresenta a infra-estrutura necessária para suportar a grande quantidade de pessoas, mas não considera que este aumento seja decorrente da presença dos migrantes.

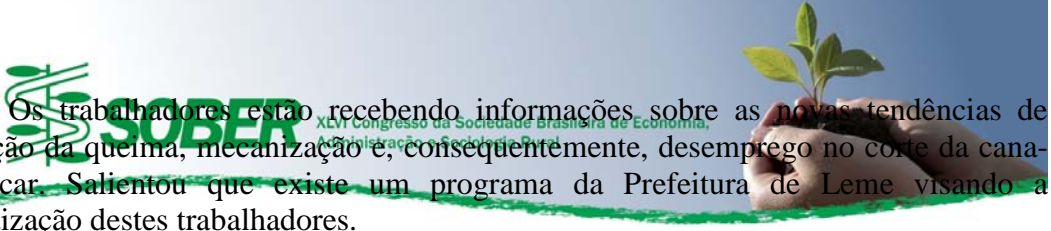
Em relação ao número de crimes, acredita que, na comparação com outros municípios de mesmo porte, em Leme é maior número de homicídios, porém, não há como afirmar que isto seja consequência direta da migração. Com relação a outros problemas, tais como furtos, roubos, envolvimento com drogas, etc., Leme segue o mesmo nível de outras cidades de mesmo porte, e afirma que os trabalhadores migrantes se envolvem da mesma forma que os cidadãos de Leme, ou seja, não devem ser responsabilizados por isto.

Afirma que considera que exista um impacto positivo quanto à presença destes trabalhadores, pois eles gastam no comércio local e contribuem para o desenvolvimento econômico da cidade.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leme afirmou que os migrantes vêm por livre e espontânea vontade, em busca de emprego e melhores condições de vida. Que cerca de 20% dos migrantes (aproximadamente 1.300 trabalhadores) já se estabeleceram e fixaram residência em Leme e o restante (aproximadamente 4.000 trabalhadores) vem todo ano, e volta para a cidade de origem quando acaba a safra.

Ao chegarem, alguns ficam em pensões, outros em casas de parentes, outros alugam casas (em geral não fazem através de imobiliárias). Alguns, pelo fato de virem todos os anos já têm lugar para ficar.

Acredita que existirá um grande impacto negativo no comércio após a mecanização, se os trabalhadores deixarem de vir. Nos supermercados da periferia acredita que as vendas cairão até 60%, como tem acontecido na entressafra.



Os trabalhadores estão recebendo informações sobre as novas tendências de proibição da queima, mecanização e, conseqüentemente, desemprego no corte da cana-de-açúcar. Salientou que existe um programa da Prefeitura de Leme visando a alfabetização destes trabalhadores.

Conforme o entrevistado, os migrantes que vêm e ficam acabam se naturalizando, que é o seu caso, que veio da Bahia para trabalhar no corte da cana e, após a greve de 1986, na qual liderou o movimento, se tornou o presidente do sindicato.

Os trabalhadores querem continuar recebendo por produtividade, pois ganham mais. Inclusive, está acabando este assunto de encerrar o pagamento por produtividade e até já conseguiram firmar alguns acordos homologados.

O Secretário da Agricultura e a engenheira agrônoma da secretaria acreditam que no caso da mecanização da colheita, os trabalhadores migrantes espontâneos deixarão de vir, e o principal motivo de preocupação deverá ser aqueles que já se fixaram aqui e não pretendem voltar para a cidade de origem.

Afirmaram que aproximadamente 100% dos trabalhadores são contratados formalmente, com tudo regulamentado, inclusive todos os exames médicos. A formalização aumentou bastante nos últimos tempos.

Acreditam que na região não existem problemas com relação ao pagamento dos trabalhadores, nem com trabalho escravo, bem como também não existem mais problemas com os “gatos”. Alguns trabalhadores vivem em repúblicas e outros em casas de parentes.

5.3 Síntese das principais informações obtidas durante a viagem à Pedra Branca

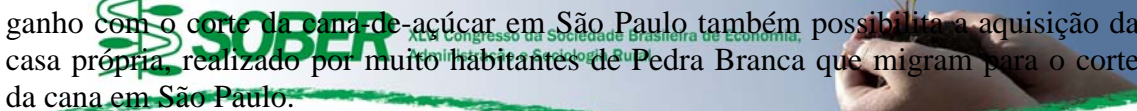
Em março de 2008 foi realizada uma viagem ao município de Pedra Branca, localizado no interior do Estado do Ceará, uma das principais cidades de origens dos migrantes que vêm para Leme.

O objetivo da viagem foi conhecer a região de origem dos trabalhadores rurais, identificar a importância da renda destes trabalhadores na cidade, bem como tentar identificar quais serão os impactos do fim do corte manual de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo sobre o referido município.

Diversas pessoas foram entrevistadas, a saber: assessores dos secretários municipais de saúde, educação, assistência social, agricultura e desenvolvimento econômico. Além disso, conversou-se com alguns cortadores de cana que costumam migrar para o Estado de São Paulo durante a safra de cana e também com alguns lojistas, a exemplo do gerente da revendedora de motos Honda e dos gerentes de algumas lojas de móveis e eletrodomésticos.

É interessante observar que a renda dos cortadores de cana que migram para São Paulo é comparativamente mais alta que a dos trabalhadores locais, o que criou uma cultura de migrar para trabalhar na safra de cana-de-açúcar. Os cortadores ao voltarem adquirem *status* mais elevado em relação aos demais moradores desta cidade, são inclusive conhecidos como *CDC* (cortadores de cana) ou *lemeiros* (cortadores de Leme). Muitas crianças crescem com o sonho de poder cortar cana em São Paulo, o que acaba tendo um efeito perverso sobre a educação. Este sonho de cortar cana acaba prevalecendo sobre a aspiração de estudar e de ter uma formação.

Foi possível perceber que o corte de cana em São Paulo representa atualmente uma das únicas alternativas de geração de renda para os moradores de Pedra Branca, visto que praticamente inexistem oportunidades de emprego naquela região. Somente cortando cana em São Paulo eles conseguem juntar dinheiro para adquirir objetos de desejo, tais como moto, televisão, DVD, antena parabólica, etc. Além disso, o salário



ganho com o corte da cana-de-açúcar em São Paulo também possibilita a aquisição da casa própria, realizado por muitos habitantes de Pedra Branca que migram para o corte da cana em São Paulo.

Não existe uma associação comercial em Pedra Branca, porém foram visitadas três lojas de porte relativamente grande do município: uma revendedora de motos (Honda) e duas lojas de móveis e eletrodomésticos.

O gerente da revendedora Honda afirmou que o impacto destes trabalhadores sobre o comércio de motos é realmente significativo. As vendas de motos durante o ano variam de 10 a 15 unidades por mês e, na entressafra, quando os migrantes retornam para a cidade, as vendas sobem para 100 a 120 unidades por mês (de dezembro a fevereiro).

Alguns trabalhadores já trazem as motos de São Paulo, outros preferem comprar em Pedra Branca. A moto nova se tornou uma espécie de troféu para os cortadores cana. Aqueles que foram bem sucedidos na migração “devem” adquirir uma moto nova, pois quando isso não acontece, os moradores da cidade concluem que aquele trabalhador não foi bem sucedido. O gerente da Honda também confirmou que o movimento na cidade aumenta muito no final do ano e, junto ao movimento, aumentam as brigas, as confusões, os acidentes, etc.

Quanto ao comércio de móveis e eletrodomésticos, este também é significativamente impactado pelos trabalhadores migrantes. Os lojistas afirmaram que alguns trabalhadores preferem comprar os produtos em Pedra Branca e outros já trazem de São Paulo, mas mesmo assim, o movimento é grande. Em resumo, o comércio local é significativamente movimentado pela renda destes trabalhadores, de modo que o setor será influenciado negativamente com o fim do corte de cana em SP.

De acordo com a funcionária da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, responsável pelo programa de seguro desemprego da cidade, a maioria dos trabalhadores que migra para o Estado de São Paulo tem contrato com carteira assinada. As únicas opções em Pedra Branca seriam trabalhar na prefeitura (mas não tem emprego para todos) ou na agricultura de subsistência (a grande maioria). Dessa forma, são poucos os que têm carteira assinada no município de origem. Isso se torna importante a partir do momento em que somente os que trabalham com carteira assinada têm direito de receber o seguro desemprego e, portanto, as pessoas que procuram a secretaria para dar entrada com os papéis para solicitar este seguro são predominantemente os trabalhadores migrantes que vão cortar cana em SP, sua maioria com idade entre 19 e 25 anos.

A entrevistada acredita que se realmente acabar o emprego no corte da cana-de-açúcar, o impacto sobre Pedra Branca será muito negativo, pois os trabalhadores não terão alternativas de emprego na cidade. Ela e várias outras pessoas afirmaram que uma única solução para este problema seria a entrada de indústrias no município, proporcionando opções de empregos na cidade. Ou então, que houvesse interesse por parte dos trabalhadores em se especializar na agricultura de subsistência e até mesmo na agricultura para comercializar a produção.

Ela salientou que a Secretaria da Agricultura é muito atuante e proporciona vários incentivos para a agricultura no município, mas a população não se interessa, eles preferem ir para o corte da cana em SP, pois acreditam que poderão ganhar mais dinheiro.

O representante da Secretaria do Desenvolvimento da cidade entrevistado, o qual é também o encarregado de todas as obras civis na cidade, acredita que o fim do corte da cana será muito ruim para o município de Pedra Branca, pois o dinheiro recebido



pelo corte da cana em SP é o principal responsável pelo desenvolvimento econômico da região.

Os trabalhadores migrantes, quando voltam para Pedra Branca, compram muitos terrenos e constroem casas. O sonho da casa própria tem sido realizado por muitas famílias graças ao dinheiro do corte da cana. O assessor também confirmou que estes trabalhadores compram muitas motos, antenas parabólicas, móveis e eletrodomésticos, aquisições estas que não seriam possíveis caso não fosse o salário do corte de cana.

No final do ano, período de entressafra da cana em SP, o comércio é muito movimentado, pois entra muito dinheiro em Pedra Branca, tanto pelo próprio salário recebido em São Paulo quanto pelo dinheiro do seguro desemprego que os migrantes recebem durante a entressafra em Pedra Branca.

Foram entrevistados alguns cortadores de cana migrantes que estavam em Pedra Branca. Segundo estes trabalhadores, o serviço é bem pesado, mas todos estão muito satisfeitos, pois alegam que esta é a única forma de ganhar dinheiro para poder adquirir bens materiais tais como moto, eletrodomésticos, antena parabólica, móveis, etc. Todos disseram que a usina oferece todas as condições de segurança, desde fornecer os equipamentos até ensinar como utilizar, oferecer palestras, etc. Segundo eles, os acidentes geralmente ocorrem por imprudência dos próprios trabalhadores.

Também afirmaram que se o município oferecesse condições de emprego, algumas indústrias fossem trazidas para região, não voltariam mais para o corte da cana em São Paulo. Alegaram também que atualmente muitos trabalhadores estão tentando migrar para o Estado do Mato Grosso do Sul, pois alguns cortadores de cana que trabalharam na safra no referido estado disseram que as condições de trabalho lá estão melhores.

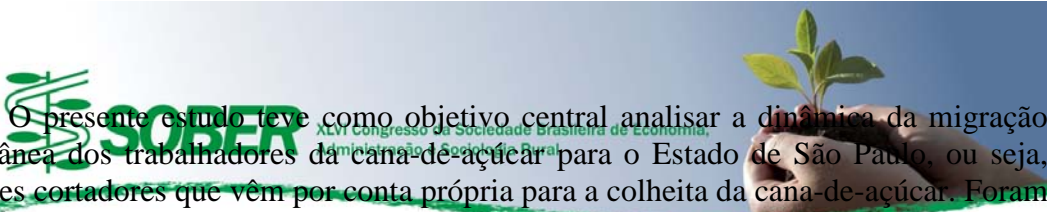
Entretanto, algumas das pessoas entrevistadas, como é o caso do representante da Secretaria da Saúde, consideram que o fim do corte da cana-de-açúcar em São Paulo, num primeiro momento será muito negativo para estas pessoas, porém, com o passar do tempo será melhor para o município. Estas pessoas consideram que os jovens que migram para São Paulo voltam com uma cultura diferente, mais violenta, passam a conhecer o tráfico de drogas, se tornam muito ambiciosos, arrogantes, etc.

O fato de ir para o corte da cana em SP confere status para os rapazes, principalmente entre as meninas. No final do ano, quando eles chegam, a praça da cidade fica lotada, cheia de motos novas estacionadas ao redor. Eles bebem, fazem festas, se envolvem em brigas. Pelo fato de permanecerem o período da entressafra vivendo do seguro desemprego, quando estão em Pedra Branca não trabalham, ficando ociosos e gerando confusões e brigas.

Além disso, perderam todo o interesse na agricultura local e nas atividades que poderiam ser desenvolvidas na região de Pedra Branca, tanto para sobrevivência quanto para auferir renda. Segundo os depoimentos, existe mercado para produtos agrícolas, a exemplo do mel, para produtos de artesanato, confecções, etc., porém, ninguém se interessa por desenvolver estas atividades.

Desta forma, acreditam que com o tempo, se a população se desprender deste “costume” de migrar para São Paulo e passar a se interessar mais pela região, a cidade poderia se desenvolver mais e a população poderia viver bem. Porém, para que isto aconteça seriam necessários esforços por parte dos governantes, dos microempresários e também dos trabalhadores migrantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente estudo teve como objetivo central analisar a dinâmica da migração espontânea dos trabalhadores da cana-de-açúcar para o Estado de São Paulo, ou seja, daqueles cortadores que vêm por conta própria para a colheita da cana-de-açúcar. Foram escolhidas como foco de análise as cidades de Leme (SP) e Pedra Branca (CE), caracterizadas como cidade dormitório e cidade de origem dos trabalhadores, respectivamente.

Foram identificados alguns indicadores sócio-econômicos dos trabalhadores migrantes que trabalham em uma usina de açúcar e álcool da região de Leme. Verificou-se que dos 411 empregados da usina, 38% são originários do Ceará; 20% de Pernambuco; 18% da Paraíba; 9% da Bahia e os restantes 15% são originários de outras regiões do Brasil.

Parcela considerável (37%) dos trabalhadores migrantes da usina já fixaram residência em Leme, e os demais migram todo ano durante para a colheita da cana e retornam para a região de origem na entressafra.

Foi aplicado um questionário com 88 cortadores migrantes. A grande maioria dos funcionários entrevistados, perfazendo 59% do total, já tinham trabalhado em mais de 3 safras na região de Leme.

A faixa etária média dos trabalhadores é de 30 anos. Ressalta-se a baixa escolaridade alegada pelos cortadores entrevistados, havendo 17% empregados analfabetos (afirmaram que nunca freqüentaram a escola) e mais 33% que têm entre 1 e 3 anos de estudo, o que pode indicar serem analfabetos funcionais. Estas duas categorias perfazem 50% do total de trabalhadores entrevistados, indicando dificuldade de recolocação destes trabalhadores num cenário de mecanização da colheita.

Em relação às condições de vida na cidade de origem, a grande maioria alegaram viver na zona rural, em pequenas casas (o número médio de cômodos nas casas nas regiões de origem é 5 cômodos), morando com a família (o número médio de moradores por casa também é de 5 pessoas).

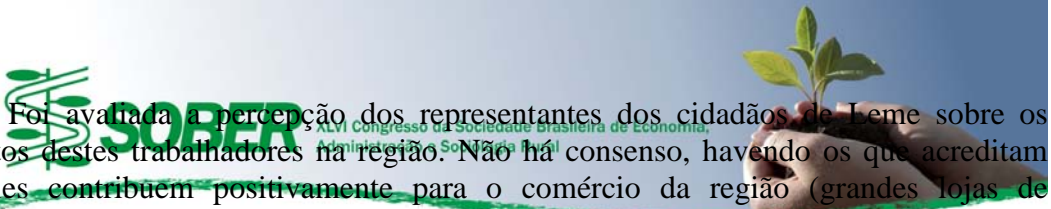
Em relação às condições das casas na região de origem, aproximadamente metade dos entrevistados alegou ter banheiro dentro da casa (os demais têm banheiro fora ou não tem banheiro). Quanto ao saneamento básico, 61% alegaram ter a fossa como instrumento de esgotamento sanitário, 17% alegaram ter a rede coletora de esgotos e 22% alegaram não ter instrumentos de esgotamento sanitário disponíveis.

Quanto às condições de abastecimento de água, apenas 41% declararam ter água encanada, os demais tinham o abastecimento de água proveniente de açude, à base de cisternas ou poço.

É importante ressaltar que no que diz respeito ao mercado de trabalho na cidade de origem, 51% dos entrevistados alegaram que não tinham emprego na cidade de origem, e dentre os 49% que tinham emprego, apenas 7% tinham carteira assinada, indicando falta de emprego e alto índice de informalidade dos empregados entrevistados nas regiões de origem.

O principal motivo alegado para a migração é a falta de emprego na cidade natal. Dentre os já fixaram residência em Leme, 54% pretendem continuar no Estado de São Paulo quando a colheita for mecanizada. No caso dos que ainda não fixaram residência em Leme, 38% responderam que irão continuar vindo (mesmo após a mecanização), visto não haver emprego nas regiões de origem.

A média salarial dos cortadores de cana entrevistados na safra 2007/08 foi de R\$850,00. Quanto à proporção do salário que os migrantes gastam em Leme, a maioria deles (37%) gasta 100% em Leme. De modo geral, ou eles gastam tudo em Leme, ou gastam apenas uma pequena proporção em Leme, enviando ou levando o restante para a cidade de origem.



Foi avaliada a percepção dos representantes dos cidadãos de Leme sobre os impactos destes trabalhadores na região. Não há consenso, havendo os que acreditam que eles contribuem positivamente para o comércio da região (grandes lojas de eletrodomésticos e mercearias e outros pontos de vendas de alimentos localizados nos bairros em que eles moram). Para estes, a mecanização e conseqüente redução dos migrantes acarretará queda de aproximadamente de 35% das vendas do comércio local.

Por outro lado, há os que consideram que a presença dos migrantes tem mais pontos negativos do que positivos, como é o caso do Secretário Municipal de Saúde, que credita a superlotação do sistema de saúde e conseqüente queda da qualidade no atendimento à presença destes trabalhadores.

Ainda, alguns alegam que o aumento de furtos e criminalidade deve-se à presença dos migrantes, fato contestado pelo delegado municipal, que acredita ser decorrência do crescimento urbano como um todo e não devido à presença dos cortadores de cana-de-açúcar.

Por outro lado, ficou evidente a importância da renda dos cortadores de cana-de-açúcar para a cidade de Pedra Branca, origem de muitos migrantes de Leme. A viagem à Pedra Branca, bem como diversas manifestações das pessoas entrevistadas na região, comprovaram a alegação dos cortadores entrevistados que não há oportunidades de emprego na região. A existência de uma única empresa (tecelagem), que demanda pequena proporção de trabalhadores, juntamente com agricultura de subsistência não gera empregos e renda para a população jovem, que vem para o corte de cana em busca de melhores oportunidades.

A aquisição de muitos bens materiais e até a casa própria comprados com os salários ganho no corte da cana-de-açúcar em São Paulo conferem aos cortadores um *status* privilegiado na região de origem. São inclusive conhecidos como CDC (cortador de cana), e têm situação econômica melhor que os demais empregados da cidade.

Os comerciantes locais creditam grande parte da renda gerada na cidade de Pedra Branca aos gastos dos cortadores de cana-de-açúcar, e entendem que a mecanização da colheita e conseqüente redução da demanda pelos empregados de Pedra Branca terá um efeito negativo para o comércio da cidade.

Por outro lado, os assessores dos Secretários Municipais de Saúde e da Educação, que são contrários à migração, afirmaram acreditar que num primeiro momento o impacto da mecanização será bastante negativo para a população de Pedra Branca, já que esta é a única forma que eles têm de receber dinheiro, porém, no futuro o impacto será mais positivo.

Eles alegam que, sem a opção de vinda para São Paulo, a pessoas se interessarão por desenvolver a atividade agrícola na região, inclusive de maneira mais empreendedora e não somente para subsistência. Segundo o depoimento deles, com o tempo os migrantes perderiam esta “cultura” de vir para São Paulo e acabariam se interessando mais pela vida na região de Pedra Branca, “deixando de lado alguns “maus” hábitos que adquiriram em São Paulo”.

Contudo, parece claro que a falta de opção de emprego e de outras oportunidades na região são os principais motivos do fenômeno da migração espontânea para a região de Leme, e que para que a “cultura” de vir para São Paulo fosse mudada, seria necessário a existência de atividades que absorvessem este contingente de mão-de-obra.

Considerando-se os indicadores econômicos das regiões de origem dos migrantes, tais como baixa renda per capita (que dificulta a criação de mercado consumidor); baixa escolaridade; falta de infra-estrutura; dificuldades edafoclimáticas, dentre outros problemas, fica clara a falta de atratividade para investimentos necessários



para a instalação de novas empresas e da agricultura que não a de subsistência na cidade.

Percebe-se que a questão da migração espontânea é um tema bastante complexo, que dificilmente será solucionado sem a criação de oportunidades para os jovens das regiões mais pobres do País.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. et al. Políticas públicas para o desenvolvimento auto-sustentável da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu. São Carlos: UFSCar/DEP, 2003. Relatório de Pesquisa FAPESP (mimeo).

ALVES, F. A mecanização do corte de cana e o movimento dos trabalhadores assalariados volantes na região de Ribeirão Preto: algumas reflexões. Cadernos de Engenharia de Produção, DEP/UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 12, p. 18-48, 1989.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais no Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In: NOVAES, J.R.; ALVES F. (Ed.). **Migrantes**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. cap. 1, p. 21-54.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. 590p.

FERREIRA, M. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. Nova Economia, Belo Horizonte, edição especial, 1996.

HARRIS, J. R., TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. American Economic Review, v. LX, n. 1, Mar. 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **CIDADES**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

MORAES, M.D.C.; FRAZÃO, F.; JÚNIOR, T.R. Andando pelo mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, J.R.; ALVES F. (Ed.). **Migrantes**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. cap. 9, p. 257-296.

RAMOS, C. A. e ARAÚJO, H. Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda. **Texto para discussão n. 657**. Rio de Janeiro, julho de 1999.

SAHOTA, G. S. An economic analysis of internal migration in Brazil. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, 1968.

SILVA, M.A.M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J.R.; ALVES F. (Ed.). **Migrantes**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. cap. 2, p. 55-86.